

MENSAGEM N.º 69 /2020

Manaus, 27 de agosto de 2020.

**Senhor Presidente**  
**Senhores Deputados**

Nos termos da Constituição do Estado, faço encaminhar ao criterioso exame de Vossas Excelências e à superior deliberação desse Poder Legislativo, o Projeto de Lei que ***“ALTERA, na forma que especifica, a Lei n.º 4.040, de 26 de maio de 2014, que **“DISPÕE sobre a informatização do processo administrativo no âmbito do Poder Executivo Estadual.”, e dá outras providências”*****.

O Projeto de Lei tem como objetivo adequar a legislação vigente, relativa à informatização do processo administrativo, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para que estabeleça a possibilidade de utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos, em forma eletrônica, além daqueles já previstos, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha, a fim de assegurar a segurança jurídica necessária aos processos eletrônicos, originados no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SIGED, sistema de gestão eletrônica de documentos a ser implantado em todas as unidades do Poder Executivo Estadual.

Ressalto, por oportuno, que tais medidas resultam de deliberação do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, que tem a finalidade de regulamentar, promover a implantação, gerenciar e acompanhar ações relativas à utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo - Amazonas - SEI-AM, competindo-lhe, ainda, o estabelecimento de estratégias e políticas de gestão que utilize a TIC alinhada às diretrizes governamentais, a gestão de processos de aquisição e de locação de bens, serviços e soluções de TIC e, finalmente, o estabelecimento de

---

Excelentíssimo Senhor

Digníssimo Deputado **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

medidas que visem à racionalização do uso de TIC, no âmbito do Poder Executivo Estadual, promovendo a integração, intercâmbio de experiências, projetos cooperados e compartilhamento de soluções entre os órgãos e entidades do Estado.

Certo da atenção que Vossas Excelências dispensarão ao Projeto, reitero aos ilustres Senhores Deputados, na oportunidade, expressões de distinguido apreço.



**WILSON MIRANDA LIMA**  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º **382** /2020

**ALTERA**, na forma que especifica, a Lei n.º 4.040, de 26 de maio de 2014, que “**DISPÕE** sobre a informatização do processo administrativo no âmbito do Poder Executivo Estadual.”, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS**

**DECRETA:**

**Art. 1.º** O artigo 1.º da Lei n.º 4.040, de 26 de maio de 2014, passa a vigorar com a inclusão dos §§ 4.º e 5.º, com a seguinte redação:

**“Art. 1.º (...):**

**§ 4.º** O disposto neste artigo não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha.

**§ 5.º** Ato do Poder Executivo disporá sobre o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e transações, cuja especificidade demande maior grau de segurança.”

**Art. 2.º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.